



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA**

Processo nº 8500052-42.2018.8.06.0254

Assunto: Análise da minuta do Contrato nº 13/2018, a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE) e a empresa WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93.

PARECER

Em evidência, o processo administrativo acima identificado, por meio do qual a Coordenadoria de Central de Contratos e Convênios remete, para análise e considerações desta Consultoria Jurídica, minuta do Contrato nº 13/2018, a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE) e a empresa WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, tendo por finalidade a prestação de serviços exclusivos de suporte técnico no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI), o qual é atualmente utilizado pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Além da referida minuta, instruem os autos, entre outros, os seguintes documentos: termo de referência; certidão da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet (ASSESPRO) atestando que a empresa acima citada detém exclusividade na prestação dos serviços ora pretendidos; e a respectiva dotação orçamentária.

É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar.

Preliminarmente, vale ressaltar que o âmbito de análise deste parecer se restringe, única e tão somente, aos aspectos legais da contratação direta ora pretendida, não se imiscuindo, pois, em aspectos técnicos, econômicos, de conveniência e oportunidade, que são próprios do Administrador Público.

Firmada essa breve premissa, passamos, nos tópicos seguintes, ao exame do processo de inexigibilidade de licitação e da minuta do Contrato nº 13/2018, com o fito de verificar se os mesmos se encontram em conformidade com os princípios e normas legais que lhes são pertinentes.

a) Da viabilidade da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, e da regularidade do processo administrativo trazido a exame.

A regra, no direito brasileiro, é a obrigatoriedade de prévia licitação para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública, conforme se depreende a partir da leitura do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, *in verbis*:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá sempre aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (Grifo nosso).

Nota-se, porém, que a própria Constituição Federal atribuiu competência ao legislador ordinário para definir hipóteses excepcionais em que seria possível a contratação direta pela Administração Pública, sem prévia licitação.

Nesse sentido, regulamentando a ressalva contida na primeira parte do supracitado inciso XXI do art. 37 da CF/88, a Lei nº 8.666/93 estabeleceu, em seus arts. 24 e 25, os casos em que a licitação se faz dispensável, embora possível, ou inexigível, por inviabilidade prática de competição no mercado.

Pois bem. No presente caso, como visto, sustenta-se o cabimento da contratação direta da empresa WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (Grifo nosso).

Nesse contextura, verifica-se que, acompanhando a manifestação do Diretor da Escola Superior da Magistratura, Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto, acerca da necessidade da realização da contratação *sub examine*, há, nos autos, documentação comprobatória de que a empresa acima citada detém, em todo o território nacional, exclusividade na prestação dos serviços de suporte técnico no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI).

A esse propósito, confira-se as considerações da equipe técnica sobre a escolha da empresa WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., *ex vi*:

No tocante à escolha da contratada, identifica-se que a empresa WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., atende ao solicitado, haja vista a expertise da referida na prestação de serviços de suporte ao sistema que dispomos atualmente, levando-se em consideração, também, o fato de esta ser a produtora do referido sistema e a única e exclusiva detentora dos direitos autorais do referido software, sendo, portanto, a empresa habilitada para realização dos serviços. Ressalta-se que, anexo a este instrumento, encontra-se a Carta de Exclusividade emitida pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet, atestando a exclusividade da WJ Informática para prestação dos serviços de suporte e manutenção do SIABI.

Logo, estando evidenciado que não seria factível a realização do devido certame licitatório na situação em apreço, revela-se, a nosso ver, plenamente cabível a efetivação da contratação direta ora pretendida, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no supracitado art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

Sobre o assunto, não é outra a orientação da doutrina especializada:

A primeira hipótese de inviabilidade de competição reside na ausência de pluralidade de alternativas de contratação para a Administração Pública. Quando existe uma única solução e um único particular em condições de executar a prestação, a licitação será impraticável. Mas precisamente, a competição será inviável porque não há alternativas diversas para serem entre si cotejadas. (JUSTEN FILHO, Maçã. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Editora Dialética. 14 ed. p.358. São paulo: 2010.). (Grifo nosso).

Impende ressaltar, outrossim, que a contratação direta da empresa WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., por inexigibilidade licitação, para prestação dos serviços de suporte técnico no SIABI, não se reveste de qualquer ineditismo, tratando-se, na verdade, de prática reiterada não apenas por este Tribunal, como também por outras entidades públicas, conforme se pode inferir a partir da leitura dos diversos contratos anexados autos (fls. 25/73).

Por outro lado, quanto ao processo administrativo trazido a exame, encontra-se este devidamente autuado, protocolado e numerado, nos termos do art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93, e nele consta, com vimos alhures, manifestação da área técnica sobre a necessidade da contratação e sua estimativa de custo.

Presume-se, aqui, que as especificações técnicas no caso, quer quanto ao detalhamento dos serviços pretendidos, quer quanto à avaliação do valor estimado a ser contratado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente, com base no melhor atendimento às necessidades do Poder Judiciário.

Isso porque o tratamento de tais questões compõe a parcela de discricionariedade que norteia a atuação do Administrador Público no exercício de seu mister, cabendo-lhe decidir, dentre a ampla gama de opções, quais os melhores meios técnicos de dar cumprimento às reais demandas do serviço público.

Ademais, no tocante à existência de recursos orçamentários para o custeio do contrato, esta restou confirmada pela Secretaria de Finanças.

Destarte, ante a demonstração de que a contratação direta, *in casu*, por inexigibilidade de licitação, possui respaldo legal, e verificando-se, igualmente, a regularidade formal do processo administrativo *sub examine*, o qual atende, no que é cabível, às disposições dos arts. 26 e 38 da Lei nº 8.666/93, resta-nos, pois, apenas a análise prévia da minuta do contrato anexa. É o que faremos adiante.

b) Da análise prévia da minuta do Contrato nº 13/2018.

Examinando-se a minuta em anexo, verifica-se que nela estão expressas, em redação clara e precisa, as cláusulas reclamadas pelo art. 55 da Lei nº 8.666/93, que são obrigatórias em todos os contratos administrativos e dispõem sobre: a legislação aplicável; o escopo da contratação; as obrigações das partes

contratantes; o preço contratado e a forma de pagamento; a dotação orçamentária; o prazo de vigência; as sanções cabíveis; a garantia contratual; as hipóteses de revisão e rescisão; o foro eleito para dirimir eventuais questões não resolvidas administrativamente; além de outras que complementam a execução da avença.

Temos, portanto, que aludida minuta atende às exigências legais.


Lembramos, por fim, que, antes de concluído o processo de contratação em tela, deve a área técnica verificar a regularidade da documentação apresentada pela empresa a ser contratada, tomando as medidas necessárias para o saneamento de eventual pecha porventura detectada. Feito isso e assinado o contrato pelas partes, deve ainda ser providenciada sua publicação resumida na imprensa oficial, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Conclusão

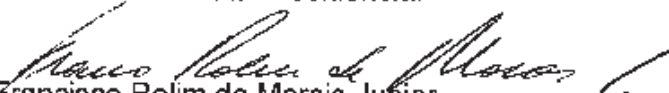
Ante todo o exposto, e ressalvando-se, mais uma vez, que os aspectos de conveniência e oportunidade não estão sob o crivo desta Consultoria Jurídica, estamos de acordo com a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, nos termos da minuta do Contrato nº 13/2018, desde que atendidas as recomendações constantes deste parecer.

É o parecer. À superior consideração.

Fortaleza, 10 de abril de 2018


Alexandre Diogo de Saboya Cruz
Assessor Jurídico

De acordo. À d. Presidência.


Francisco Rolim de Moraes Junior
Consultor Jurídico



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Processo nº 8500052-42.2018.8.06.0254

Assunto: Análise da minuta do Contrato nº 13/2018, a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE) e a empresa WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93.

R.h.

Aprovo o parecer, por seus próprios fundamentos, que desta decisão passa a ser integrante, ao tempo em que autorizo a contratação da empresa WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/93, nos termos da minuta do Contrato nº 13/2018.

Encaminhem-se os presentes autos à Coordenadoria de Central de Contratos e Convênios para coleta das assinaturas devidas.

Exp. nec.

Fortaleza-CE, 10 de abril de 2018


Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará